



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0127719-41.2005.8.17.0001 (0196802-7)

APELANTE: ANTÔNIO GILSON RAMALHO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE SONEGAÇÃO FISCAL (ART. 1º, II, LEI 8.137/90). PRELIMINAR DE EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE PELO PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO TRIBUTÁRIO. REQUISITOS LEGAIS ATENDIDOS. PRELIMINAR ACOLHIDA. DECISAO POR UNANIMIDADE.

1. O pagamento integral da dívida tributária, de maneira parcelada ou unitária, implica na extinção da punibilidade, a qualquer momento, tendo em vista a ausência de limite temporal ou processual imposto pelo § 2º, do art. 9º, da Lei nº. 10.684/2003.
2. No presente caso, o fato imputado na sentença condenatória se subsume ao tipo penal previsto no art. 1º, inciso II, da Lei nº. 8.137/90, e apesar de contestada pelo órgão ministerial, o recorrente fez prova convicta do aludido pagamento, conforme a documentação emitida pela Fazenda Estadual.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0127719-41.2005.8.17.0001 (0196802-7) em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em acolher a preliminar arguida, extinguindo a punibilidade do apelante em face do pagamento integral da dívida tributária, consoante o voto do Des. Relator.

Recife, 24 de Setembro de 2013.

DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

Presidente/Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO nº: 0196802-7

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: ANTÔNIO GILSON RAMALHO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Cuida-se de Apelação Criminal interposta por ANTÔNIO GILSON RAMALHO, em face da sentença proferida pelo Juízo da Vara dos Crimes contra a Administração e a Ordem Tributária da Capital, que o condenou, pela prática do crime previsto no art. 1º, II, da Lei 8.137/90 (sonegação fiscal), à pena de 03 (três) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, além de 80 (oitenta) dias-multa, cada um no valor de um trigésimo do salário mínimo vigente à época dos fatos.

Narra a denúncia, em síntese, que, em 20 de dezembro de 2002, por ocasião das fiscalizações procedidas pelo Fisco Estadual, foi constatado que o apelante, gerente de fato da firma Posto N. Sra. Dos Prazeres Ltda., CNPJ 11.176.245/0003-52, com filial localizada na Rua Barão de Souza Leão, 939, bairro de Boa Viagem, nesta Capital, fraudou a Fazenda Estadual, omitindo operações de entrada de mercadorias nos livros fiscais obrigatórios, importando a sua conduta em supressão de ICMS, de modo a configurar o tipo previsto no art. 1º, II, da Lei 8.137/90.

Em suas razões recursais (fls. 571/585), sustenta o apelante, preliminarmente, ter havido cerceamento de defesa, quando negado, sem justificação idônea, o exame pericial nas bombas de combustível de seu estabelecimento comercial. Nesse sentido, aduz que tal prova era fundamental para confirmar a materialidade delitiva, de modo que restou evidente o prejuízo causado a sua defesa. Pugna, assim, pela declaração de nulidade da sentença proferida em Primeira Instância.



No mérito, afirma que a materialidade do crime não foi comprovada, diante da ausência de confirmação de que houve adulteração nas bombas de combustíveis. Por outro lado, aduz que não restou demonstrado o seu dolo, consistente na vontade livre e consciente de praticar o crime de sonegação fiscal.

Em sede de contrarrazões (fls. 590/592), o *Parquet* pugna pela manutenção da sentença vergastada em todos os seus termos.

A Douta Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às fls. 595/599, opina pelo desprovimento do apelo, por entender estarem suficientemente comprovadas a materialidade e a autoria delitiva.

É O RELATÓRIO.

À Douta Revisão.

Recife, 08 de novembro de 2011.

MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

Des. Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL
PROCESSO nº: 0127719-41.2005.8.17.0001 (0196802-7)
APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ANTÔNIO GILSON RAMALHO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

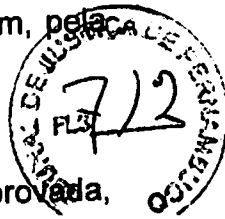
Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Conforme relatado, cuida-se de Apelação Criminal interposta por ANTÔNIO GILSON RAMALHO, em face da sentença proferida pelo Juízo da Vara dos Crimes contra a Administração e a Ordem Tributária da Capital, que o condenou, pela prática do crime previsto no art. 1º, II, da Lei 8.137/90 (sonegação fiscal), à pena de 03 (três) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, além de 80 (oitenta) dias-multa, cada um no valor de um trigésimo do salário mínimo vigente à época dos fatos.

Em suas razões recursais, sustenta o apelante, preliminarmente, ter havido cerceamento de defesa, quando negado, sem justificação idônea, o exame pericial nas bombas de combustível de seu estabelecimento comercial. Nesse sentido, aduz que tal prova era fundamental para confirmar a materialidade delitiva,

de modo que restou evidente o prejuízo causado a sua defesa. Pugna, assim, pela declaração de nulidade da sentença proferida em Primeira Instância.



No mérito, afirma que a materialidade do crime não foi comprovada, diante da ausência de confirmação de que houve adulteração nas bombas de combustíveis. Por outro lado, aduz que não restou demonstrado o dolo específico do delito, consistente na vontade livre e consciente de praticar o crime de sonegação fiscal.

Depois de incluído o feito em pauta para julgamento, o recorrente acostou aos autos o pedido de reconhecimento de extinção de punibilidade pela realização do pagamento integral do débito tributário, conforme comprovante anexo de pagamento de documento de arrecadação estadual emitido em 31/05/2012 (fls. 654/664).

Intimada a apresentar novo parecer acerca dos documentos acostados, a Procuradoria de Justiça ratificou os termos do opinativo anterior, afirmando não observar "credibilidade suficiente nos documentos juntos às fls. 661/665 para estribar uma decisão declaratória de extinção de punibilidade". Acrescentou que o reconhecimento pretendido depende de "Certidão de Quitação da Dívida", emitida pela Fazenda Estadual, e ressaltou a dificuldade em correlacionar o eventual pagamento do débito com o Auto de Infração ensejador da presente Ação Penal, haja vista a existência de pelo menos três condenações do réu em primeiro grau em crimes da mesma natureza (fls. 671/672).

Em novas petições (fls. 678/684 e 687/693), a defesa reitera o pedido de reconhecimento da extinção de punibilidade alegando a inexistência da certidão mencionada pela representante do Ministério Público e aduzindo que foram juntados todos os documentos ao alcance do réu para comprovar o pagamento integral do débito em comento.

Dessa forma, há de se analisar inicialmente as questões preliminares suscitadas pela defesa.

**1ª PRELIMINAR: EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE PELO
PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO TRIBUTÁRIO**



Na petição acostada às fls. 654/664, a defesa do recorrente aduz a incidência de causa de extinção da punibilidade em face do pagamento integral do débito tributário, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei nº. 10.684/2003, com a seguinte redação:

Art. 9º. É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e nos arts. 168-A e 337-A do Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no regime de parcelamento.

§ 1º A prescrição criminal não corre durante o período de suspensão da pretensão punitiva.

§ 2º Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios.

Conforme se depreende da leitura do dispositivo acima, o pagamento integral da dívida tributária, de maneira parcelada ou unitária, implica na extinção da punibilidade, **a qualquer momento**, tendo em vista a ausência de limite temporal ou processual a ser observado.

Sobre essa matéria, os Tribunais Superiores consolidaram o entendimento de que, mesmo após o trânsito em julgado da condenação, a extinção da punibilidade é medida que se impõe quando houver a comprovação idônea do pagamento integral da dívida tributária.

Nesse teor foi o julgamento do HC 232.376/SP (STJ) e do HC 70.641/SP (STF), assim como das seguintes decisões:

SONEGAÇÃO FISCAL. CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. PAGAMENTO DO TRIBUTO. CAUSA DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. ARTIGO 9º, § 2º, DA LEI N. 10.684/03. OCORRÊNCIA. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. 714

1. Com o advento da Lei n. 10.684/03, no exercício da sua função constitucional e de acordo com a política criminal adotada, o legislador ordinário optou por retirar do ordenamento jurídico o marco temporal previsto para o adimplemento do débito tributário redundar na extinção da punibilidade do agente sonegador, nos termos do seu artigo 9º, § 2º, sendo vedado ao Poder Judiciário estabelecer tal limite.
2. Não há como se interpretar o referido dispositivo legal de outro modo, senão considerando que o pagamento do tributo, a qualquer tempo, até mesmo após o advento do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, é causa de extinção da punibilidade do acusado.
3. Como o édito condenatório foi alcançado pelo trânsito em julgado sem qualquer mácula, os efeitos do reconhecimento da extinção da punibilidade por causa que é superveniente ao aludido marco devem ser equiparados aos da prescrição da pretensão executória.
4. Ordem parcialmente concedida para declarar extinta a punibilidade do paciente, com fundamento no artigo 9º, § 2º, da Lei n. 10.684/03. (STJ. Habeas Corpus n.º 180993/SP. Relator: Ministro Jorge Mussi. Quinta Turma. Data de Publicação: 19/12/2011).

PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CRIME TRIBUTÁRIO. PEDIDO DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA QUITAÇÃO INTEGRAL DO TRIBUTO. PARÁGRAFO 2º DO ART. 9º DA LEI N. 10.684/2003. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA.

Ante a comprovação do pagamento do débito tributário integralmente, a extinção da punibilidade é medida que se impõe, conforme 2º do art. 9º da Lei 10.684/2003.

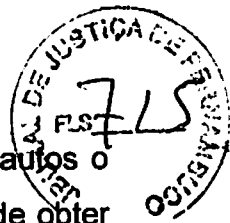
Extinção da punibilidade declarada.

(TJDFT. Processo n.º 0012310-12.2004.807.0007. Relator: Silvânio Barbosa Dos Santos. Data de Julgamento: 18/02/2010. 2ª Turma Criminal. Data de Publicação: 15/03/2010).

No presente caso, o fato imputado na sentença condenatória se subsume ao tipo penal previsto no art. 1º, inciso II, da Lei nº. 8.137/90, e apesar de contestada pelo órgão ministerial, o recorrente fez prova convicta do aludido pagamento.

De fato, na petição de fls. 654/664, a defesa apresentou cópia autenticada do Documento de Arrecadação Estadual, emitido em 31/05/2012, no valor de R\$ 51.814,27 (cinquenta e um mil, oitocentos e quatorze reais e vinte e sete centavos) (fl. 661), e o Extrato de Débito, emitido pela Secretaria da Fazenda Estadual na mesma data, referente ao Processo Administrativo nº. 2007.000001780327-10 (fl. 662/664).

Ao complementar a documentação, o recorrente juntou aos autos o detalhamento de novo processo administrativo protocolado com a finalidade de obter "Certidão de Quitação" (fls. 681/683), bem como a Certidão de Recolhimento de Tributos constando o recebimento de R\$ 51.814,27 (cinquenta e um mil, oitocentos e quatorze reais e vinte e sete centavos), e R\$ 113,91 (cento e treze reais e noventa e um centavos) em 28/05/2012 e 30/05/2012, respectivamente, (fl. 693).



Além disso, toda a documentação emitida pela Fazenda Estadual tem como referência o Processo Administrativo nº. 2007.000001780327-10, que segundo o Extrato de Débitos de fls. 662/664 possuía a antiga numeração 005.03230/02-2, idêntica à mencionada na exordial acusatória (fl. 03) e nos documentos de informações pré-processuais (fls. 12/16), permitindo, assim, a total correlação entre o pagamento efetuado e o Auto de Infração ao qual se refere.

Com essas considerações, e em consonância com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, meu voto é pelo **acolhimento da preliminar arguida**, declarando **extinta a punibilidade do réu, Antônio Gilson Ramalho**, pelo pagamento integral do débito tributário originário da presente ação penal, nos termos no § 2º, do art. 9º, da Lei nº. 10.684/2003.

É COMO VOTO.


MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Des. Presidente e Relator



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0127719-41.2005.8.17.0001 (0196802-7)

COMARCA: RECIFE

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: ANTÔNIO GILSON RAMALHO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

REVISOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

VOTO

Sr. Des. Presidente

Sr. Desembargador

Sr. Procurador de Justiça

Trata-se de apelação criminal interposta por **ANTÔNIO GILSON RAMALHO**, em face da sentença condenatória proferida pelo Juízo de Direito da Vara dos Crimes Contra a Administração Pública e a Ordem tributária da Capital, que lhe condenou como incurso nas sanções do art. 1º, II, da Lei 8.137/90 (sonegação fiscal), cominando pena de 3

(três) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente semiaberto, cumulada com 80 (oitenta) dias multa.



Conforme a denúncia ministerial, o apelante era sócio oculto da sociedade denominada Posto N. Sra. dos Prazeres, entretanto, era o real proprietário e exercia a função de gestor da empresa.

Durante ação do Fisco Estadual, os agentes públicos identificaram fraudes nos livros contábeis da firma, adulteração de combustíveis e dos bicos bombas, razão pela qual foi lavrado o auto de infração nº 005.03230/02-2.

PRELIMINAR.

Por intermédio da petição de fls. 654/664, a defesa do apelante alega que o devedor/recorrente adimpliu integralmente o débito tributário, na forma do art. 9º, § 2º, da Lei nº 10.684/2003¹, razão pela qual suscita a incidência de causa de extinção da punibilidade.

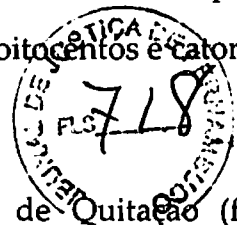
Esguardando os documentos juntados pelo recorrente, verifica-se que o débito tributário reclamado pelo Fisco Estadual alcança o montante de R\$ 51.814,27 (cinquenta e um mil oitocentos e catorze reais e vinte e sete centavos), conforme Extrato de Débito emitido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco em relação ao processo administrativo nº 2007.000001780327-10 (cf. fls. 662/664).

¹ Art. 9º É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e nos arts. 168A e 337A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no regime de parcelamento.

§ 1º A prescrição criminal não corre durante o período de suspensão da pretensão punitiva.

§ 2º Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios.

De outra banda, constata-se que a defesa acostou aos autos cópia autenticada do Documento de Arrecadação Estadual, datado de 31/05/2012, comprovando o recolhimento aos cofres públicos do valor reclamado pela Administração Tributária, ou seja, R\$ 51.814,27 (cinquenta e um mil oitocentos e quinze reais e vinte e sete centavos), conforme se vê à fl. 661.



Cuidou a defesa em apresentar, ainda, Certidão de Quitação (fls. 681/683) e a Certidão de Recolhimento de Tributos, noticiando o pagamento aos cofres públicos da importância já referida. Ressalte-se, por oportuno, que toda a documentação acostada pela defesa diz respeito ao processo administrativo nº 2007.000001780327-10, para que não houvesse dúvida da correlação entre o Auto de Infração que deu origem à peça acusatória e o pagamento integral do crédito tributário.

Em casos tais, impõe-se a decretação da extinção da punibilidade do crime inculcado no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/90, imputado ao ora recorrente, conforme preconiza o do art. 9º, § 2º, da Lei nº 10.684/2003. Nossos Pretórios têm se manifestado neste sentido:

Ementa: CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. PAGAMENTO POSTERIOR AO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL IMPROCEDENTE. RECURSO DESPROVIDO. Uma vez efetuado o pagamento do débito tributário, ainda que posterior ao recebimento da denúncia, é de rigor a extinção da punibilidade, nos termos do artigo 9º, § 2º, da Lei nº. 10.684/03. Este entendimento traduz expressão atual da jurisprudência do STF, e também desta colenda câmara. Embora exista uma ADIN (3002), onde o Procurador Geral da República questiona a legitimidade desta norma, certo é que o próprio Supremo Tribunal Federal tem-na utilizado, sendo, por isso mesmo, e até última ordem, presumivelmente constitucional. Recurso a que se nega provimento. (Recurso em Sentido Estrito Nº 70015037484, Quarta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Eugênio Tedesco, Julgado em 22/06/2006)

HABEAS CORPUS. PENAL. ICMS. CRIME CONTRA ORDEM TRIBUTÁRIA. ADESÃO AO PROGRAMA DE PARCELAMENTO INCENTIVADO (PPI) E POSTERIOR PAGAMENTO DO DÉBITO, APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 9.º, § 2.º, DA LEI N.º 10.684/2003. PLEITO DE SOBRESTAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL ATÉ O JULGAMENTO DE REVISÃO CRIMINAL. HABEAS CORPUS CONCEDIDO.



1. O art. 9.º, § 2.º, da Lei n.º 10.684/2003 estabelece expressamente que da quitação integral do débito tributário pela pessoa jurídica, decorre a extinção da punibilidade.

2. É entendimento jurisprudencial desta Corte Superior que com o advento da Lei n.º 10.684/03 o pagamento do tributo a qualquer tempo extingue a punibilidade quanto aos crimes contra a ordem tributária.

(HC 232.376/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 05/06/2012, DJe 15/06/2012)

À vista do exposto, senhores Desembargadores, senhor Procurador de Justiça, voto pelo acolhimento da presente preliminar, a fim de decretar a extinção da punibilidade do crime tipificado no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/90, imputado ao apelante ANTÔNIO GILSON RAMALHO.

É COMO VOTO.

Recife, 24 de Setembro de 2013.


Des. Gustavo Augusto Lima

Relator